

Instalação da Mesa de Negociação fortalece luta por valorização dos servidores da Previdência

A instalação da Mesa Setorial de Negociação Permanente (MSNP) do Ministério da Previdência Social (MPS) representa um momento importante para todos os servidores e servidoras que constroem diariamente as políticas públicas de Previdência Social no país.

A conquista foi formalizada durante reunião realizada nesta quarta-feira (23), entre o ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz Maciel, dirigentes do Sindsep-DF e da Condsef/Fenadsef, além de representantes dos servidores do Ministério. A criação da Mesa atende a uma reivindicação apresentada formalmente pelas entidades sindicais e abre um espaço permanente de diálogo para que as demandas da categoria sejam debatidas e encaminhadas junto à administração.

Para os servidores da Previdência, trata-se de um passo importante porque negociação permanente significa ampliar a capacidade de organização, diálogo e mobilização da categoria na defesa de seus direitos e de melhores condições de trabalho.

Entre as principais reivindicações apresentadas estão a estruturação de um plano de carreira específico para os servidores do Ministério da Previdência Social e a extensão da Gratificação Temporária de Execução e Apoio a Atividades Técnicas e Administrativas



(GTATA) a todo o quadro funcional do órgão.

A defesa de uma carreira própria tem como referência a Carreira do Seguro Social e está diretamente relacionada à necessidade de reconhecer e valorizar profissionais que exercem funções fundamentais para o funcionamento da Previdência Social. A estruturação da carreira pode contribuir para enfrentar distorções, fortalecer o quadro de servidores e reconhecer a importância estratégica do trabalho realizado no Ministério.

Outro ponto central é a GTATA. As entidades sindicais destacaram que a concessão da gratificação a apenas parte dos servidores acabou ampliando diferenças remuneratórias dentro do próprio Ministério. Por isso, a defesa de sua extensão para todos os servidores da pas-

ta é apresentada como uma medida necessária para enfrentar essas desigualdades e buscar maior isonomia remuneratória.

A instalação da MSNP, portanto, não encerra a luta: inaugura uma nova etapa de organização e negociação. A partir desse espaço, será fundamental manter a mobilização dos servidores, acompanhar os debates e cobrar avanços concretos nas reivindicações apresentadas.

O Sindsep/MA considera esse momento significativo para todos os trabalhadores e trabalhadoras da Previdência e reafirma a importância da unidade da categoria. A valorização dos servidores, a construção de uma carreira estruturada e a redução das desigualdades remuneratórias são pautas que dizem respeito ao conjunto dos trabalhadores do Ministério.

Bolsa Família: aumento do benefício preserva dignidade de milhões de brasileiros

Reajuste anunciado pelo presidente Lula preserva poder de compra das famílias beneficiadas pelo programa. Novo valor começa a ser pago já em outubro

Cerca de **50 milhões de pessoas** integram as famílias atendidas pelo Bolsa Família, que alcança atualmente **19,29 milhões de famílias**. A partir de outubro, o benefício mínimo passará de **R\$ 600 para R\$ 691**, enquanto o valor médio estimado subirá de **R\$ 675 para R\$ 777**. O reajuste de **15,04%** corresponde à inflação acumulada medida pelo INPC no período considerado pelo governo. A atualização foi anunciada em 17 de setembro e os novos valores começam a ser pagos na folha de outubro.

Na prática, uma família que recebe o piso terá R\$ 91 a mais por mês. O percentual, porém, não representa ganho real de 15,04%. **A correção recompõe a perda do poder de compra provocada pela inflação desde a última atualização do programa, em 2023. O Decreto nº 13.120/2026 elevou também os valores dos benefícios destinados a crianças, gestantes, nutrízes e adolescentes.**

Por que corrigir o Bolsa Família?

Seiscentos reais não compram hoje o mesmo que compravam em 2023. Quando sobem os preços dos alimentos, medicamentos, transporte, gás e outros itens essenciais, manter o benefício congelado significa reduzir, na prática, aquilo que a família consegue levar para casa.

É justamente essa perda que o reajuste procura evitar. O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social afirma que a atualização busca preservar o

poder de compra das famílias beneficiárias e manter a capacidade de proteção de renda do programa.

O Bolsa Família, porém, atualmente, não é apenas uma transferência mensal de dinheiro. A legislação estabelece entre seus objetivos o combate à fome, a redução da reprodução da pobreza entre gerações e a promoção do desenvolvimento e da proteção social das famílias. O programa também está articulado a políticas de saúde, educação e assistência social.

Por isso, corrigir o benefício pela inflação significa preservar uma parte da renda disponível justamente para famílias que estão entre as mais vulneráveis.

O reajuste pode ocorrer tão perto da eleição?

O anúncio do reajuste, feito 17 dias antes do primeiro turno das eleições de 2026, gerou questionamentos políticos e jurídicos. Flávio Bolsonaro afirmou que a medida seria ilegal, enquanto uma iniciativa no TSE para suspender a atualização foi arquivada sem análise do mérito por uma questão processual.

No STF, o ministro Gilmar Mendes reconheceu, em 18 de setembro, que o Decreto nº 13.120/2026 atualiza os valores do Bolsa Família e dá continuidade a determinação anterior da Corte. Segundo a decisão, a correção pelo INPC, sem aumento real, não viola as restrições eleitorais, pois não cria um novo benefício em período eleitoral, mas atualiza valores de um programa existente.

Isso significa que, no enten-

dimento expresso na decisão, a medida não criou um benefício novo em período eleitoral. O decreto atualizou valores de um programa já existente, utilizando um critério objetivo de correção monetária.

A proximidade com a eleição, por si só, não transforma a atualização em uma nova política de transferência de renda. Eventuais acusações de uso promocional ou abuso político, porém, são questões distintas e podem ser examinadas pela Justiça Eleitoral quando houver elementos concretos.

Em 2022 Bolsonaro elevou o benefício, mas de forma duvidosa

A comparação com 2022 ajuda a entender a diferença entre um governo que se preocupa realmente com o bem-estar da população e o que tem como único objetivo proteger amigos e parentes.

Durante o governo do ex-presidente e, agora, prisioneiro, Jair Bolsonaro, o benefício passou, meses antes das eleições presidenciais, de **R\$ 400 para R\$ 600**. O acréscimo de R\$ 200 foi estabelecido como medida temporária e vigorou de agosto a dezembro daquele ano.

Por outro lado, o reajuste dado ao governo federal aplicou uma correção de **15,04% baseada na inflação acumulada, elevando, permanentemente, o piso de R\$ 600 para R\$ 691.**

Veja a matéria completa em www.cut.org.br/noticias